

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

“NEM PARECE CAXIAS!” DESLOCAMENTOS DOS SENTIDOS DE PERIFERIA EM COLETIVOS AUDIOVISUAIS NA BAIXADA FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO

Adriana Souza, Beatriz Takeiti Akemi

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9866>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

“NEM PARECE CAXIAS!”: DESLOCAMENTOS DOS SENTIDOS DE PERIFERIA EM COLETIVOS AUDIOVISUAIS NA BAIXADA FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO

Adriana Carneiro de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2447-3684>
ascarneiro@ufrj.br

Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS/UFRJ. Especialista em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ. Bacharel em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

Beatriz Akemi Takeiti

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2847-0787>
biatakeiti@medicina.ufrj.br

Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Professora do Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, ambos na UFRJ.

RESUMO:

Este artigo debate a produção de uma representação única de “periferia” e investiga o impacto da prática coletiva artística na produção de subjetividades em sujeitos que atuam em cineclubes na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Trata-se de recorte de pesquisa de mestrado da primeira autora sobre produção de subjetividades em coletivos culturais a partir do campo da Psicossociologia de Comunidades. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter cartográfico, selecionou coletivos artísticos que atuam como cineclubes, em especial, o Mate com Angu e Buraco do Getúlio, ambos localizados na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. A partir da realização de entrevistas biográficas, foram empreendidas análises de conteúdo (Bardin, 2011), nas quais foram observados deslocamentos semânticos dos sentidos de periferia presentes nos discursos dos interlocutores. As diferenças na formação histórica nos municípios da Baixada Fluminense geraram cenários múltiplos, desde territórios extremamente periferizados, passando por elites econômicas locais até vastas reservas naturais. Apesar desta diversidade, do ponto de vista da representação midiática, vemos a preponderância de narrativas operadores de estigmatização sobre este território e seus sujeitos. Nesta pesquisa, entretanto, os interlocutores parecem ilustrar os deslocamentos semânticos dos sentidos de periferia a partir da experiência coletiva em seu território, vendo-se enquanto sujeitos ao centro de uma produção simbólica e não à margem dela.

Palavras-chave: cineclubes; Baixada Fluminense; território; produção de subjetividades; cartografia.

"IT DOESN'T EVEN LOOK LIKE CAXIAS!": MEANINGS OF PERIPHERY IN AUDIOVISUAL COLLECTIVES IN THE BAIXADA FLUMINENSE

ABSTRACT: This article discusses the production of a singular representation of the 'periphery' and investigates the impact of collective artistic practices on the formation of subjectivities in individuals involved in film clubs in the Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. It is an excerpt from the first author's master's research on the production of subjectivities in cultural collectives, based on the field of Community Psychosociology. The qualitative and cartographic research selected artistic collectives that operate as film clubs, particularly 'Mate com Angu' and 'Buraco do Getúlio,' both located in the Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Through biographical interviews, content analysis (Bardin, 2011) was conducted, in which semantic shifts in the meanings of 'periphery' present in the interlocutors' discourses were observed. The different historical developments of the municipalities in the Baixada Fluminense resulted in diverse scenarios, ranging from extremely marginalized territories to local economic elites and vast natural reserves. Despite this diversity, from the perspective of media representation, we see the predominance of narratives that stigmatize this region and its people. In this research, however, the interlocutors seem to illustrate semantic shifts in the meanings of 'periphery' through their collective experiences in their territory, seeing themselves as central to symbolic production rather than marginalized.

Keywords: film clubs; Baixada Fluminense; territory; production of subjectivities; cartography.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade cineclubista se apresenta como um movimento cultural organizado com forte presença em diferentes épocas. Muitos aspectos relevantes deste movimento cultural podem ser analisados profundamente à luz dos estudos sociais. A função desempenhada pelos cineclubes na formação de uma geração de jovens nos anos 50 e 60, as potencialidades da relação entre o cineclubismo e a educação, a formação de público para o cinema e força de sua expressão contra-hegemônica e, por que não, contra-coloniais, são questões relevantes que já vem sendo aprofundadas pelos estudos mais recentes sobre o tema. Nosso trabalho, entretanto, buscará compreender como tal prática se inscreve na constituição dos sujeitos, considerando que o contexto de surgimento dessas iniciativas está também relacionado, dentre outros elementos, a um momento em que se fortalecem políticas públicas para a democratização do acesso à cultura nas margens e bordas da cidade.

Localizamos nossa questão central sobre o tema da subjetivação da prática coletiva e constituição de enunciados identitários e territoriais. Para isso, realizamos uma investigação sobre a narrativa biográfica de sujeitos fundadores e/ou participantes dos cineclubes Cineclubes Mate com

Angu, fundado em 2002 no município de Duque de Caxias e o Cineclube Buraco do Getúlio, fundado em 2006 na cidade de Nova Iguaçu, presentes na Baixada Fluminense.

Os cineclubes são atividades públicas e abertas. Ao fornecer uma programação alternativa em relação às salas de cinemas comerciais, promover a disseminação do cinema e estimular o encontro, os cineclubes no Brasil colocaram-se como um lugar onde as narrativas audiovisuais extrapolaram seu sentido de representação simbólica.

TERRITÓRIO, HISTÓRIA E PRODUÇÃO DA PERIFERIZAÇÃO

Fuini (2017) ilustra a acepção de território em Haesbaert como “não apenas se define, mas se compreende à luz dos processos históricos e socioespaciais” (2017, p.23). O autor apresenta a noção de território como historicamente atravessada por três principais acepções: a acepção político-jurídica que compreende como um espaço delimitado, sobre o qual se exerce o poder de Estado; a dimensão simbólica-cultural, na qual o território é visto como “um produto da apropriação/valorização simbólica” da vida social sobre o espaço e, por último e menos difundida a dimensão economicista, pautada nas relações capital-trabalho-classes sociais. Haesbaert defende então uma visão integradora, sob a qual:

[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (2004, p.79).

A partir de tais leituras, podemos compreender a Baixada Fluminense como fruto de um processo sócio-histórico que se inicia com a exploração e a produção de riqueza durante todo o período colonial. Ainda que este território tenha servido estrategicamente para os interesses econômicos em função da produção e a circulação de riquezas entre séculos XVI e XVIII, a Baixada Fluminense foi paulatinamente excluída das políticas de desenvolvimento urbano enquanto seu sentido produtivo era esvaziado.

Originariamente terra do povo Jacutinga, o território pantanoso foi tomado pela Coroa e dividido em freguesias entregues a marqueses, barões e comendadores que encontraram no trabalho escravo uma rentável forma de exploração para a produção de açúcar e aguardente. Sendo uma região pantanosa e composta por mangues, pouco do território era fértil e produtivo foi destinado à agricultura comercial. O território passa desde então a se desenvolver em relação aos eixos de produção e escoamento para a capital carioca.

Entre 1600 e 1800, a Baixada Fluminense possui portos próprios em função do escoamento da produção de cana de açúcar e já possuía pequenos povoados. O território estava localizado em uma posição estratégica entre a sede da monarquia, o ouro em Minas Gerais e o café em São Paulo. Este dado veio a influenciar drasticamente o destino da Baixada Fluminense que, após o declínio do Ciclo da Cana, se torna território de passagem para a circulação do ouro por via terrestre. De acordo com Alves (2010), esta não será a primeira vez que o poder do capital determina a fisionomia da região. Como veremos à frente, novos caminhos foram construídos por articulação de proprietários e comerciantes em uma via de mão dupla entre proporcionar agrado ao império e incluir suas próprias fazendas nas rotas de comércio terrestre. Com o passar do tempo, esta articulação se estende à criação de subnúcleos de poder político com objetivo de determinar indicações para diferentes esferas, como por exemplo na organização das Câmaras e distribuição de novos títulos de nobreza. De acordo com Alves, “estabelecia-se as raízes de um coronelismo poderoso, capaz de se renovar e se perpetuar ao longo da história da Baixada” (ALVES, 2010, p.88).

A chegada da estrada de ferro transformará completamente o cenário dos ciclos anteriores. Em 1854 é inaugurada a primeira estrada de ferro do Brasil, construída com os esforços do Barão de Mauá para ligar seu próprio porto a outras fazendas. Este é o estopim para novos ambiciosos empreendimentos ferroviários que visavam ligar o porto da cidade do Rio de Janeiro diretamente à produção cafeeira nos planaltos mineiros e paulistas, desta vez subsidiados pelo Imperador. É construída então a Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil). Estes empreendimentos excluíam de suas rotas as vilas e portos criados a partir da exportação de cana de açúcar e da circulação terrestre do ouro. O Rio de Janeiro crescia e se modernizava com as ferrovias, não necessitando mais dos portos da Baixada Fluminense.

Após a abolição da escravatura e o fim do Império, as elites locais vinculadas à produção agrária de cana e café e/ou atravessamento desses produtos ficam economicamente abaladas. Esse declínio se dá em função de um conservadorismo político-econômico que somente concebia lucratividade a partir da escravização de pessoas negras e asiáticas, uma vez que os homens livres que atuavam como meeiros não haviam por que trocar a agricultura para fornecer trabalho assalariado. Assim, os proprietários das fazendas deixam o território colocando à venda seus terrenos fracionados ou abandonando-os como latifúndios improdutivos. Os terrenos fracionados passam a pertencer a pequenos comerciantes, barraqueiros e atravessadores e passam a ser ocupados por

homens livres que, nas décadas seguintes, lutarão em movimentos camponeses pela posse de terras improdutivas.

Se de um lado, o território se torna estratégico com o estabelecimento de caminhos e estradas¹ que reduziram drasticamente o tempo de descolamento entre o interior mineiro, a planície paulista e a capital, no final do século XVII e início do século XVIII, por outro, o tornou absolutamente dependente da capital e da evolução político-econômica do sistema de transportes (ALVES, 2020, p. 94). Para o autor, um marco neste sentido foi a construção da Estrada de Ferro do Brasil em 1854. Ao ligar diretamente os planaltos mineiro e paulista ao Porto Mauá conforme os interesses do império, este empreendimento dá início a um processo de exclusão do Porto Estrela, as vilas e negócios locais da rota político econômica então vigente. A posição estratégica da Baixada Fluminense, entre a capital e as planícies, que caracterizou a riqueza da região nos séculos XVII e XVIII, foi ao mesmo tempo um dos fatores responsáveis pela sua derrocada econômica, a partir da segunda metade do século XIX.

Apesar dos projetos progressistas propostos no Congresso Agrícola de 1878 que propunham o abandono de práticas manuais e predatórias utilizadas neste momento, havia ainda uma classe de senhores “agarrados às relações escravistas”, detentores de um “conservadorismo vesgo”, que à beira do abismo, preferiu assistir à própria derrocada política e econômica que abandonar um modelo de produção agrícola escravista, desumano e predatório (ALVES, 2020, pg. 99). Se forma um novo ciclo, último e derradeiro suspiro no sonho do desenvolvimento agrário, que por não prover o desenvolvimento urbano e sanitário, levou à morte milhares de homens, mulheres e crianças por cólera e malária. Entre 1880 e 1940, o sonho que já nasce decadente de ser a “Califórnia Brasileira” explorou a terra e a população para agricultura de laranja até que a “praga do mediterrâneo” chegasse. Alves nos diz que o resultado de trezentos anos de exploração é a exaustão da terra e uma população formada por trabalhadores rurais e ex-escravizados² que não detinham nenhuma propriedade e que eram, portanto, espremidos entre os latifúndios, o pântano e as plantações (ALVES, 2020). É a partir da fase agrícola da fruticultura que se iniciam as principais mudanças que derivam no rápido fracionamento de terras e em um processo de valorização dos

¹ Alves (2020) aponta, como exemplo, o Caminho Novo, ou Caminho do Pilar, construído por Garcia Rodrigues Paes, o Caminho de Inhomirim construído por Bernardo Soares de Proença e Caminho do Tinguá, por Pedro Dias Paes Leme e a estrada do Comércio, construída pela Junta Real do Comércio. Todos estes caminhos eram colocados à serviço da Coroa que, em troca, explorava exclusivamente o caminho e até mesmo a doação de sesmarias.

² Evitamos utilizar o termo “escravos” neste trabalho, preferindo a terminologia “pessoas escravizadas”, entretanto aqui a expressão “ex-escravos” está reproduzindo a forma apresentada pelo autor. Para mais informações acerca da resistência quilombola na Baixada Fluminense ver ALVES, 2020.

terrenos. A maior expressão produtiva da citricultura se encontrava em Maxambomba³, como era então chamado o território que hoje pertence ao município de Nova Iguaçu. Esta fração do território sofre uma intensa modernização neste período, com a construção de casas, ruas e estradas, bem como a criação de infraestrutura urbana, como por exemplo canalização para água e esgoto, iluminação pública, praças e até hospitais. Tal processo de modernização e urbanização resultaria da necessidade de sustentação à emergente elite produtora e detentora dos laranjais, seu a comércio e indústria (ALVES, 2020, p. 103).

A fase do “sonho laranja” trouxe ainda alguma prosperidade econômica para a região, neste momento em decadência. De acordo com Alves (2020), trabalhadores assalariados atuavam não somente nos pomares, mas principalmente no transporte e nos serviços secundários, tais como tratamento, acondicionamento e produção de caixas. Embora houvessem esforços políticos e investimentos para a modernização e urbanização na região que hoje pertence em maior parte ao município de Nova Iguaçu, o mesmo não se passava no restante da Baixada Fluminense. Nos demais territórios, a concentração de terras para “latifúndios e reserva especulativa” (ALVES, 2020, p. 104) mantinha os trabalhadores rurais vinculados às terras pela sua própria produção e moradia, sem qualquer direito ou controle sobre as atividades econômicas. Assim, no início da II Guerra Mundial, quando morre o “último suspiro agrário” da Baixada Fluminense, o fracionamento das terras, ou seja, o loteamento, se torna o principal caminho a ser seguido. Os territórios que hoje conhecemos como os municípios de Nilópolis, São João de Meriti e uma parte do Município de Duque de Caxias foram os primeiros a experimentar o loteamento como forma de transformação urbana que respondia não somente as necessidades da população ali residente, mas também aos interesses políticos de uma capital em construção.

No início do século XX, a Baixada serviu para “aliviar” a pressão demográfica da cidade do Rio de Janeiro, que sofria com as remoções da gestão do prefeito Pereira Passos. A população de Meriti, como o território era chamado até os desmembramentos da década de 1940, explodiu quase 300% entre 1920 e 1940. A velocidade deste crescimento populacional provocou o fracionamento e loteamento de propriedades rurais para habitação. A partir dos anos 30, o território atravessou uma intensa e desordenada experiência de urbanização (ALVES, 2020). Em 1941, 58% da população de trabalhadores rurais, em sua maioria tinham algum grau de parentesco com os donos da propriedade, que encontraram no êxodo rural a saída para a falta de condições e o desinteresse dos

³ Hoje município de Nova Iguaçu.

proprietários em promover melhorias e investimentos que poderiam salvar as lavouras das inundações e o solo da degradação causado pelo uso ostensivo do solo, o desmatamento e as queimadas. Um século antes, em 1840, 62% da população de todo território correspondia à população escravizada (ALVES, 2020, p.85). Vê-se então, que o trágico destino de “faixa periférica” da capital carioca foi historicamente construído. Mas mesmo uma história construída em função do capital é feita por pessoas. Não os heróis, os comendadores, os barões, coronéis e os deputados. A história da Baixada Fluminense é feita por homens e mulheres escravizados da África e da Ásia, quilombolas, homens livres que se apossaram de propriedades improdutivas para subsistência, imigrantes nordestinos e pessoas removidas dos morros e favelas ao custo da urbanização da cidade do Rio de Janeiro.

Neste sentido, analisar este território implica em problematizar as condições históricas de sua construção, considerar a relação dualista entre o moderno e o arcaico e mapear as forças e relações e grupos que disputaram e, ainda hoje, disputam o poder local (SANTOS, 2014):

“É o retrato de uma periferia, mas não uma periferia qualquer, mas de uma periferia do principal porto de escoamento de ouro do planalto mineiro do século XVIII, do centro político do Império e da república até os anos 60.” (SANTOS, 2014, p. 18).

Assim, se faz fundamental delinear a “Baixada Fluminense⁴” da qual estamos falando e, ainda, compreender os discursos que são recorrentes sobre este território. Em primeiro lugar, a definição geográfica deste espaço e a sua constituição política nos auxilia à medida em que localiza social e historicamente os sujeitos com os quais e sobre os quais estamos pensando a produção de subjetividade. Em segundo lugar, para nós se trata também de identificar, do ponto de vista das representações, algumas narrativas que atuam como operadores de estigmatização sobre este território e seus sujeitos.

Sobre a representação deste território, é importante observar como as narrativas sobre a Baixada Fluminense se modificaram ao longo da história. Seja através dos primeiros esforços memorialistas de tom ufanista e heróico de um passado colonial, seja através de estudos mais recentes ancorados em dados e metodologias sobre a exploração econômica e a ocupação humana que denunciaram uma realidade de extrema vulnerabilidade e pobreza, incomodando o poder

⁴ A definição que utilizaremos aqui corresponde à classificação frequentemente utilizada pelo poder público a partir da década de 1990 que possui recorte político e fisiográfico e que compreende os 13 municípios do entorno da Baía de Guanabara, o chamado Recôncavo da Guanabara: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

público e as elites locais (SANTOS, 2014). E ainda, uma representação midiática do fim dos anos 1980, que explora a pobreza, a violência e a morte até o limite da humanidade, mas que, a partir dos anos 1990, retoma um lugar de esperança com o direcionamento de investimentos públicos e privados para a transformação e modernização deste território (ENNE, 2013).

De acordo com Santos (2014), durante os anos 1980 e 1990, as pesquisas sobre a Baixada Fluminense ganharam expressão. Os pesquisadores passaram a debruçar-se sobre causas específicas, ampliando e aprofundando o conhecimento que se tinha até então. Os movimentos sociais, a luta rural e a mobilização camponesa, as disputas políticas e a violência local, a formação de grupos de extermínio o escravismo e a resistência Quilombola, atuação da Igreja Católica e a trajetória de sujeitos, como é o caso do Homem da Capa Preta, são temas que figuram nessas pesquisas. Assim, uma representação múltipla da Baixada Fluminense se tornou possível: não apenas a Baixada Histórica, rural, agrária, colonial e heróica e tampouco somente espaço de intensas disputas políticas, miséria e fome. O território passou a ser compreendida de maneira complexa, com a emergência de discussões que problematizam os aspectos que a constituíram no seio de uma lógica de periferia.

Trata-se também de um período no qual tem-se início uma série de investimentos de revitalização e integração da Baixada Fluminense à capital carioca, após décadas de abandono. A inauguração da Linha Vermelha, finalmente concluída em 1994, a construção dos shoppings centers e o anúncio de investimentos públicos e privados na região (ENNE, 2013). É partir da década de 1990 que se iniciam políticas de revitalização do território, após duas décadas de denúncias da imprensa, das organizações sociais e das instituições de pesquisa que uma das maiores escolas eleitorais do estado do Rio de Janeiro era, na verdade, um território terrivelmente periferizado e abandonado pelo poder público - “cidades dormitório” que serviam não somente como local de desova, com cemitérios clandestinos nos quais se ocultavam os dados gritantes de homicídios⁵, mas também ovo da serpente da formação dos grupos de extermínio que até hoje nos assolam.

⁵ Segundo Alves, ao final da década de 1970, a ocultação de da cadáveres pode inclusive ter causado impacto na suposta redução da mortalidade no território, uma vez que não haviam modos de se fazer a localização, identificação da vítima, de sua causa mortis, fazendo desta forma com que o crime não entrasse para cômputo de homicídios locais. (ALVES, 2020, p.193).

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo de analisar como os processos de coletivização se inscrevem na subjetividade dos sujeitos que performaram atividades artísticas coletivas, realizamos a pesquisa em três fases. Na primeira fase, empreendemos uma cartografia dos coletivos e do território a partir da revisão bibliográfica e pesquisa documental. Nesta etapa, empreendemos a estruturação teórica sobre a constituição histórica do território e o mapeamento dos coletivos cineclubistas. Além das pesquisas acadêmicas já realizados sobre este tema, contamos também com mapeamentos realizados pelas instituições de ensino superior e outras instituições de pesquisa, como o acervo fornecido pelo Instituto Histórico da Câmara municipal de Duque de Caxias e pesquisas realizadas na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FebeF e no Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.

Na segunda fase, realizamos uma cartografia dos sujeitos através da realização de entrevistas individuais semi-estruturadas. A utilização de entrevistas como dispositivo é um processo dialógico de construção de sentido que ocorre a partir da uma "negociação de pontos de vista e de versões sobre os assuntos e acontecimentos" (AGARAKI; LIMA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2014, p. 59) e posiciona os participantes e pesquisadores durante o processo, nomeado de interanimação. A utilização de entrevistas propicia processos de negociação de sentidos pois sua realização “desafia os posicionamentos que vão ocorrendo durante a sua produção” (AGARAKI; LIMA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2014, p.58). De acordo com os autores, os indivíduos podem, durante a realização das entrevistas, recorrer à sua memória e suas experiências pessoais e estas podem, no caso das entrevistas biográficas, serem ressignificadas e categorizadas em um processo dialógico no momento das entrevistas. Para isso, foram entrevistados integrantes dos cineclubes: Luana Pinheiro, produtora cultural, roteirista, curadora e realizadora audiovisual, fundadora do Cineclube Buraco do Getúlio e Igor Barradas, cineasta, cineclubista e educador, fundador do Cineclube Buraco do Getúlio. Compreendemos que a utilização deste dispositivo pode propiciar uma produção de dados multifacetada, ao tratar a temática a partir do aspecto social das práticas coletivas nos sujeitos em sua individualidade (entrevistas). Ao longo deste percurso, estivemos atentos e abertos aos encontros e atravessamentos propostos pelo campo de pesquisa, pois compreendemos que o campo é em si processo de construção de saberes, pois é no campo e com o campo que saberes se produzem (ALVAREZ; PASSOS, 2010. p.143).

Na etapa de análise, procedemos uma “análise de conteúdo temática” proposta por Bardin (2011). A análise por unidades de significação buscou a articulação dos dados coletados e a “formulação de hipóteses explicativas do problema ou do universo estudado” (DUARTE, 2004, p. 221). Trata-se de uma eleição de temas que buscava analisar os possíveis impactos da prática coletiva nos discursos identitários dos sujeitos. Nesta etapa, utilizamos o software MAXQDA 2022⁶, que oferece ferramentas para métodos mistos (análises quali-quantitativas). O software auxiliou na organização e sistematização do material coletado, fornecendo ainda a possibilidade de extrair de maneira automatizada os trechos referentes às categorias específicas (tags) do material de todos os interlocutores simultaneamente. O software fornece ferramentas de combinação e visualização de dados, como o mapa de incidência de categorias nos discursos dos entrevistados.

CINEFILIA E RESISTÊNCIA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

Especificamente no campo do audiovisual, a Baixada Fluminense é efervescente. Não apenas núcleos cineclubistas serão encontrados, mas também muitos outros grupos e projetos audiovisuais. Os profissionais do campo, institucionalizados ou não, publicaram o Manifesto Baixada Filma⁷, no qual reivindicam a criação urgente de políticas públicas que deem conta da intensidade e da pluralidade da produção audiovisual do território:

Caros seres audiovisuais do planeta,
Estamos no Recôncavo da Guanabara e temos um recado urgente e necessário pra mandar.
A Baixada Fluminense é, já há um bom tempo, um dos maiores pólos de produção audiovisual do país. Seu pulsante circuito de produção e difusão independente há décadas resiste e reinventa os modos de fazer cultura, botando na roda artistas, técnicos, produtores e trabalhadores da cultura que compõem o elenco das grandes produções fluminenses e nacionais.
A Baixada transmuta estigma em arte e nessa vibe, com tesão e sangue no olhos, a produção audiovisual da região vem cheia de vigor nos últimos anos, com a ação de cineclubes, com realização de curtas, médias e longas-metragens, festivais nacionais e internacionais, oficinas potentes, videoclipes maneiros, youtubers que tiram onda, empresas produtoras que realizam com ânimo redobrado. Todos acumulando prêmios ao longo de sua história, garantindo reconhecimento à Baixada. São dezenas de filmes e centenas de milhares de visualizações na internet por ano.
A Baixada Filma.
Mas é chegada a hora de um papo reto, olho no olho.
A Baixada é rica, uma região com um dos maiores PIBs do país, mas em termos de investimento está sempre no final da fila. Não dá mais pra esconder essa realidade.
É preciso territorializar os orçamentos do Audiovisual, no Estado e na União. Recolhe-se muito imposto por aqui e o retorno? Praticamente zero.
É preciso um diálogo franco do MinC, da Ancine, da Sav, das Secretarias de Cultura com quem está na ponta do processo, no front pesadão do fazer cultural, sem os tapinhas-nas-costas e as promessas vazias que são o mais do mesmo.

⁶ <https://www.maxqda.com/brasil/>

⁷ O manifesto pode ser encontrado no site <http://baixadafilma.com.br>

É preciso que haja Políticas Públicas concretas que dêem conta dessa potência – redefinindo a noção de investimento e de formação, garantindo os direitos dessa população que filma, produz, difunde, pensa e faz viva a identidade cinematográfica da Baixada Fluminense.

Esse é o recado franco e direto a quem tem canetas na mão e espaços nos jornais e gabinetes: queremos ações concretas já.

O Rio de Janeiro é mais que a cidade do Rio de Janeiro.

A Baixada filma.

O manifesto assinado por agentes culturais e cineastas locais comprova a importância do reconhecimento deste território como um importante pólo de produção audiovisual no estado do Rio de Janeiro, que produz narrativas com poder de transformar simbolicamente o imaginário que vem sendo construído historicamente sobre o território.

Os cineclubes da região são diversos. Ainda nos dias de hoje, são diversas as iniciativas cineclubistas em atividade no território, como por exemplo o cineclube Donana, em Belford Roxo, o Cineclube Ankito em Nilópolis, os cineclubes Buraco do Getúlio e Cineclube Digital, em Nova Iguaçu, dentre outros. Entretanto, no recorte desta pesquisa, iremos aprofundar em três deles: Cineclube Mate Com Angu, em Duque de Caxias, Buraco do Getúlio em Nova Iguaçu e o Cineclube Facção Feminista, com atividade itinerante.

O Cineclube Mate Com Angu nasceu em 2002 no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover sessões de cinema, debates, pesquisas e também produzir filmes. O nome é uma homenagem à Professora Armanda Álvaro Alberto que fundou, em 1921, a Escola Proletária de Meriti - hoje Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto. A expressão “mate com angu”, que foi a base da alimentação dos estudantes da escola, teve durante anos uma conotação pejorativa, designando pessoas em situação de pobreza. A expressão foi então ressignificada, trazendo o sentido popular à atividade de exibição de filmes local. O grupo atua em frentes distintas e interligadas do Audiovisual: exibição, produção e formação. Inicialmente, o cineclube realizou as atividades de exibição no Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, em seguida na Sociedade Musical Lira de Ouro, onde realizou as sessões mensalmente durante cerca de 14 anos. Atualmente o cineclube realiza as atividades no Gomeia Galpão Criativo, localizado no centro da cidade de Duque de Caxias.

Já o Cineclube Buraco do Getúlio nasceu em julho de 2006 como intervenção urbana multimídia para fortalecer e ampliar redes criativas conectando cinema, poesia, performance, música e exposição de artes visuais. A intenção era contribuir para a construção de outros imaginários sobre a Baixada Fluminense a partir de suas potencialidades artísticas. Desde então, o “Buraco” se articula através da exibição de curtas-metragens e da abertura de espaço para intervenções artísticas, intercaladas entre a exibição dos filmes. Atualmente é produzido pela produtora independente Baixada System, que realiza a continuidade do projeto desde 2019.

O Cineclube Buraco do Getúlio passou por diversas formações e sedes. Durante anos, o Cineclube foi realizado na Casa de Cultura Sylvio Monteiro, no Centro da cidade de Nova Iguaçu. A partir de 2017, o cineclube passa a realizar as sessões na Praça dos Direitos Humanos, na Via Light, no centro de Nova Iguaçu. Durante a pandemia COVID-19, o Cineclube suspendeu as atividades presenciais, entretanto algumas atividades de exibição audiovisual ainda vieram a ser realizadas pelo grupo, como por exemplo o Buraco Mostra Curtas e a sessão Made In Baixada, em março de 2021, exibida ao vivo no Youtube diretamente da Casa de Cultura Sylvio Monteiro. A programação contou com a exibição de filmes produzidos por cineastas da Baixada Fluminense e com intervenções artísticas, ou seja, apresentações musicais, de poesia, de teatro e performance.

DISCUSSÃO

Eu lembro que as minhas primas, minha mãe, não diziam que moravam em Caxias. Eu via o meu pai, os adultos falarem que moravam a caminho de Petrópolis. As pessoas não falavam Caxias, né? Eu me lembro de uma vez, eu tava na *Mesbla*, ali na Rua do Passeio. E eu falei que eu era de Caxias e a mulher falou “ah, lá é muito feio, né?” E isso nunca me atingiu, nunca... Eu sempre brincava com isso. Eu enchia a boca. Porque eu já era de outra geração. Já não era a Caxias do grupo de extermínio, não era Caxias da ditadura, do prefeito biônico. Era a Caxias da democratização, dos direitos, como potência cultural. Eu já via Caxias de outra maneira, era uma visão de afeto mesmo. Eu sempre tive um afeto muito grande pela cidade. BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

A discussão sobre a representação hegemônica da Baixada Fluminense traz complexidades. Em sua análise sobre a representação midiática do território, Enne (2003) identifica em primeiro lugar, a polifonia da definição do termo Baixada Fluminense em termos geográficos. Como demonstramos antes, em dado momento, os municípios da Baixada Fluminense passam a se desenvolverem de maneira independente, cada qual carregando suas próprias características históricas e socioeconômicas. Isso fica manifesto inclusive no que se refere aos investimentos na citricultura, ou ainda, na urbanização de determinados territórios, a partir dos anos 1940, em função dos mercados ali estabelecidos e do escoamento da produção. Assim, a polifonia a que Enne (2013) se refere nos ajuda a pensar as “várias Baixadas” com cenários múltiplos que compreendem desde territórios extremamente periféricos, passando por elites econômicas locais e, ainda, por reservas naturais, como por exemplo, a Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, de Guapimirim. Para Enne (2013):

“[...] há um nítido processo polissêmico na produção da categoria “Baixada Fluminense”, ou seja, há uma produção múltipla de sentidos para uma mesma unidade (ou diversas) verbal ou não-verbal. Partindo do pressuposto de que todo discurso é uma construção social, em que os sujeitos, a partir de enunciados que lhes são anteriores e posteriores, vão produzir significados para as palavras e imagens, podemos entender que estas sempre são resultado de uma produção social de sentidos.” (p. 12.)

De acordo com Enne (2013), no que se refere à representação do território na imprensa durante as décadas de 1970 e 1980, “o volume de referências negativas sobre a Baixada é quantitativa e qualitativamente maior do que as referências positivas” (p. 15). Este cenário é alterado a partir dos anos 1990, quando a pesquisadora encontra um aparente “esforço de realocação das imagens sobre a Baixada” (p. 24) pelos jornais analisados. O que a autora observa é um “deslocamento dos sentidos de Baixada Fluminense” (p. 24). Em termos cronológicos, esse esforço midiático coincide também com um contexto de ressignificação epistemológica do conceito de periferia.

Para Tiaraju (2020), é a partir da década de 1990, que o conceito de periferia é ressignificado. Até esta década, as categorias de representação destes sujeitos e territórios os delimitava como “territórios populares”, nos quais viviam a “classe trabalhadora”, “sujeitos populares” ou mesmo “o povo”, nomenclaturas que originariam ao termo “movimentos populares”, utilizado para abarcar as organizações constituídas em prol da justiça social para as pessoas pobres. A mudança tem início a partir da apropriação do termo pelo próprio território e seus moradores, tendo como marco sua apropriação através da produção artística oriunda destes territórios. Até este momento, o termo periferia era considerado estigmatizante, o que podemos observar também na fala do interlocutor:

É uma observação que veio de fora assim. Uma coisa que, se você for perceber, virou um um estigma. Uma caixinha, né? Então isso me incomodava. Eu não me via daquele jeito. A gente não se via. A gente realmente se via mesmo no centro de uma parada assim. Foi como se alguém dissesse assim, “não, vocês não fazem parte do clube.” Quando eu estava lá me sentindo colega de profissão dos cineastas, “não, não, calma aí, você é da periferia, você faz cinema de periferia”. Então foi assim que eu me senti, entendeu? E foi uma observação totalmente de fora, dessa galera que estuda periferia. Isso não veio de ninguém da periferia. Isso veio de fora. Aquela coisa de “Agora nós por nós mesmos”. Quando que não foi? Quando? Sempre foi, sabe? Então assim, eu acho que é por isso que me incomodava, me incomodava porque era que nem o cara chegar aqui em Caxias e falar, “pô, o Mate é tão bom que nem parece Caxias”. É esse lugar. BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

Nos anos 1990, com a implementação de políticas neoliberais, o aumento do desemprego e enfraquecimento da categoria “trabalhador”, os territórios periferizados sofreram intensas modificações. Na Baixada Fluminense, observamos um processo de “revitalização”, com o investimento em urbanização e infraestrutura, após décadas de abandono e de uma agressiva utilização política do território durante os anos de ditadura. Durante a década de 1980, vimos a intensificação das denúncias jornalísticas e a consolidação de organismos comprometidos com a pesquisa e a produção de políticas públicas, que passaram a sistematizar e promover pesquisas sobre causas específicas que ocasionaram a periferização do território. É possível compreender a partir da

narrativa do interlocutor Igor Barradas, de maneira empírica, como tais deslocamentos se traduzem na experiência social dos sujeitos que vivem nestes territórios:

Eu me lembro de uma vez que a gente foi num debate no Canal Futura. Era um programa de debate ao vivo sobre “cinema de periferia”. E aí eles colocaram três especialistas no centro da roda. E botaram a gente num estúdio anexo, bem pequenininho, os dois cineastas de periferia, que éramos eu e mais um rapaz do TV Morrinho. [...] eu chamei atenção pro fato de a gente estar aqui e os antropólogos, os especialistas estarem no nosso lugar. De uma maneira fofa, mas eu chamei atenção pra isso. Eles nunca mais fizeram isso. A mulher falou que isso teve um impacto lá dentro e as pessoas ficaram muito sem graça. Nesse debate, eu fui contra essa separação de periferia. Eu falei “pô não, eu não faço de periferia, não. Eu não considero que eu faço cinema de periferia. Eu faço cinema pro mundo.” BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

De acordo com Tiaraju (2020), a partir do início dos 1990, uma nova alcunha para o termo periferia é forjada, motivadas pelas transformações econômicas e sociais, pelo abandono do sentido do termo pela academia, que passa a relativizar seu poder explicativo, pela apropriação de uma “estética da periferia” pela indústria cultural, mas principalmente pela resignificação do termo pelo próprio território. De acordo com a autor, é através do rap, que se manifesta então a visibilização das experiências cotidianas pela voz daqueles que de fato as experienciam e “a tentativa de estabelecer uma narrativa própria sem a necessidade de mediadores” (2020, p.22). O termo periferia passa a ser compreendido para além do sentido geográfico, mas incorpora também um novo contexto de potência:

E a gente começou a sacar, brincando, esse lance de ter um Cineclube em Duque de Caxias era um impacto muito grande. Quando eu falava, as pessoas quase caíam pra trás assim. Ainda mais que eu comecei a trabalhar com a galera que era antropóloga, socióloga de esquerda, universidade. Então eu comecei a sacar que dizer que ser de Caxias era uma onda e não um problema. BARRADAS, Igor: depoimento [jul. 2021].

Nossos interlocutores parecem ilustrar os deslocamentos semânticos e epistemológicos dos sentidos de periferia ao longo das décadas, o que denota como a formação dos sujeitos de distintas gerações podem incorporar estigmas de discursos sociais vigentes. Vendo-se enquanto *sujeita periférica*, a interlocutora Luana Pinheiro denota não apenas uma relação de pertencimento, mas também um posicionamento político a partir de sua experiência social, sua profissão e seu território:

Eu converso muito com outras produtoras sobre esse conceito de produtor cultural como a gente conhece hoje. É um conceito muito novo, né? Porque antes a gente tinha ou grandes produtores culturais ou artistas que se produziam. Então, eu acho que a partir ali, de meados dos anos 2000, do governo Lula, Gilberto Gil... Enfim, que nasce essa figura do produtor cultural de ações independentes, periféricos, e que se entendem nesse lugar, nessa função. PINHEIRO, Luana: depoimento [out. 2021]

Como vimos, a partir dos anos 2000, novas políticas públicas para o setor cultural promovidas pelo Ministério da Cultura do Governo Federal (MinC) impulsionaram a reestruturação do setor cinematográfico e possibilitaram a descentralização e capilarização das atividades cineclubistas no país. Os setores e organizações culturais, como os cineclubes, passam a reivindicar seu espaço nas políticas de incentivo. Programas como Ponto de Cultura e o Cine Mais Cultura, bem como novas políticas de fomento à produção cultural foram determinantes para a expansão da atividade cultural e para o fortalecimento de grupos e coletivos artísticos locais. Assim, de acordo com a fala dos interlocutores, podemos considerar a implementação do Programa Cine Mais Cultura⁸, realizado pelo Ministério da Cultura (MinC) como um fator determinante para a consolidação dos cineclubes Mate Com Angu e Buraco do Getúlio, a partir de meados dos anos 2000. O Programa realizou a disponibilização de equipamento de projeção audiovisual, obras brasileiras do catálogo da Programadora Brasil e oficina de capacitação cineclubista para a criação de pontos de exibição nos mais diferentes rincões do Brasil. Como em um sistema de retroalimentação, as políticas públicas de estímulo à formação de público para o audiovisual incentivaram e sustentaram as atividades de exibição nas periferias urbanas e rurais, como os cineclubes, que, por sua vez, deixam legado nos territórios nos quais atuam e atuavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção simbólica de uma representação única da ideia de periferia vem sendo constituída através de um direito à fala historicamente ligado às classes dominantes, que possuem predominante acesso e poder sobre a comunicação midiática e da indústria cultural - dois dos principais instrumentos para a manutenção de discursos que apagam a dimensão histórica e coletiva das problemáticas sociais (ENNE, 2013). Neste sentido, trata-se, neste trabalho, de fincar lugar em um debate acadêmico, mas também político, de ouvir sujeitos, observar territórios e analisar processos que talvez não sirvam aos interesses de um determinado projeto científico. Trata-se de fincar lugar de sujeitos e experiências que colocam a lógica da criação coletiva em primeiro plano e que seguem, desta forma, na contramão de um projeto de mundo individualizado e serializante (ROLNIK & GUATTARI, 1999).

⁸ Em 2010, eram mais de 1.043 cineclubes em pleno funcionamento pelo Programa Cine Mais Cultura.

A criação produzida no âmbito de tais coletivos se expande até o impacto objetivo, materializada no legado em seus territórios, e subjetivo, manifestada naqueles que ali compartilharam as experiências. O que vimos na pesquisa é que não há saída única. Os sujeitos percebem seus impactos e atuações em distintas esferas. Se por um lado, é possível se ver como “produtor periférico” por outros nossos interlocutores frequentemente questionam a noção de periferia, como se dissessem: “periferia de onde? Aqui é meu centro.”

Entendemos que o território latinoamericano periférico é não somente o lugar onde se desenvolvem os coletivos, mas onde “se fundam outros modos de ser, produzem subjetividades inventivas, acionam outros modos de se fazer ver e se fazer falar (Sarau da Brasa), produzindo outros territórios existenciais” (TAKEITI & VICENTIN, 2019, p. 258). Em consonância com Takeiti & Vicentin (2019), entendemos:

a subjetividade a partir de uma constante produção coletiva e plural desse território. São modos de viver, de sentir e se afetar nesses espaços. Modos de olhar o mundo e a si mesmo, de se apaixonar, de construir amizades e desfazê-las. Modos de cozinhar, apreciar e degustar. Jeitos de ouvir, falar, pensar. São muitas as experiências subjetivas territoriais. São fabricações em multiplicidades. Fogem a qualquer contorno ou delimitação, bem como a uma teorização ou explicação universal e totalizante (TAKEITI & VICENTIN, 2019, p. 257).

Os territórios físicos periféricos que possuem em sua constituição a marca da violência e do estigma são agenciamentos sobre os quais incidem outros marcadores de opressão que atravessam a produção de subjetividade dos sujeitos periféricos, as atualizam e recriam. Foi possível observar como corpos marcados pela violência simbólica derivada do preconceito de cor/raça, gênero, classe social ou território pode expandir e criar novos campos de existência a partir da prática coletiva.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L (org) Pistas do método da cartografia – pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre. Ed. Sulina, 2010.

ALVES, J. C. A. Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

ARAGAKI, S.; LIMA, L.; PEREIRA, C.; NASCIMENTO, V.. Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, Mary jane et all (Org.). A produção de informação

na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 57-92. BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70 ; 2011

BARROS, L; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BEZERRA, H. O Cerol fininho da Baixada – Histórias do Cineclube Mate com Angu. Coleção Tramas Urbanas, 2013

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos estudos CEBRAP*. 2020, v. 39, n. 1, pp. 19-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>>. Epub 10 Jun 2020. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativa. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR

ENNE, A. L. e GOMES, M. “É tudo nosso”: disputas culturais em torno da construção da legitimidade discursiva como capital social e espacial das periferias do Rio de Janeiro. IN: PASSOS, P.; DANTAS, A.; MELLO, M. (orgs.). Política cultural com as periferias: práticas e indagações de uma problemática contemporânea. Rio de Janeiro, IFRJ, 2013.

ENNE, A. L. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. *pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, Ano 3, número 4, p.6-27, 2013. Disponível em <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10356>. Acesso em 09/08/2021.

FUINI, L. "O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações." *Geografia Ensino & Pesquisa [Online]*, 21.1 (2017): 19-29. Web. 17 Fev. 2021

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFÉBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início, fev.2006.

SOUZA, M. *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. *FRAC TAL: REVISTA DE PSICOLOGIA*, Niterói, v. 31, n. esp., 2019.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado no repositório Minerva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ e pode ser acessado em <http://objdig.ufrj.br/30/teses/931761.pdf>.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses nesta pesquisa..

ETHICS COMMITTEE APPROVAL STATEMENT

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia/UFRJ tendo o parecer APROVADO em 10 de Junho de 2021.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Adriana Carneiro Souza: Conceitualização, Metodologia, Software, Curadoria de dados, Escrita - Preparação do rascunho original, Visualização, Investigação. Supervisão.

Beatriz Akemi Takeiti: Revisão e edição, Supervisão.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Adriana Carneiro Souza: Mestre e doutoranda em Psicossociologia de Grupos e Comunidades (EICOS) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro- IFRJ e Bacharel em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

Beatriz Akemi Takeiti: Terapeuta Ocupacional, Docente do Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), ambos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordena o Laboratório de estudos e práticas interdisciplinares em JuventudeS, Cultura e Território - LabCRIAS.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.